

### **CURSOS DE EXTENSÃO EM DIREITO ADMINISTRATIVO**

### Prof. Dr. Marcelo Zenni Travassos

Procurador do Estado do Rio de Janeiro - PGE/RJ, Subsecretário de Estado Jurídico da Secretaria de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro e Advogado. Professor de Direito Administrativo da UniEuro. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público. Professor Graduado em Direito pela UERJ, Mestre em Direito Público pela UERJ e Doutor em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2013).

**OBJETIVOS:** Realizar uma abordagem cognitiva e crítica sobre os principais institutos do Direito Administrativo Brasileiro, considerando-se desde a reflexão teórica até a aplicação prática dos mesmos.

INSCRIÇÕES: gratuitas no site da Universidade CEUMA (Curso exclusivo para alunos do Curso de Direito da Universidade CEUMA)
CARGA HORÁRIA: 30 horas/Curso

Curso 1: "Regime Jurídico Administrativo e Organização Administrativa" (30h)

Data: 23/02/15 a 27/02/15

Horário: 13:30 às 17:30h - Auditório da Unidade Cohama

Horário: 18:30 às 22:30h - Auditório Josué Montello (Renascença)

Curso 2: "Funções Administrativas, Licitações e Contratos" (30h)

Data: 02/03/15/ a 06/03/15

Horário: 13:30 às 17:30h - Auditório da Unidade Cohama

Horário: 18:30 às 22:30h - Auditório Josué Montello (Renascença)

Curso 3: "Bens Públicos, Intervenção do Estado na propriedade e Responsabilidade do Estado" (30h)

Data: 09/03/15 a 13/03/15

Horário: 13:30 às 17:30h - Auditório da Unidade Cohama

Horário: 18:30 às 22:30h - Auditório Auditório Dr. Expedito Bacelar (Renascença)



# **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

## CURSO 1: Regime Jurídico Administrativo e Organização Administrativa

- 1. Direito administrativo. Origem e desenvolvimento histórico. Estágio atual do direito administrativo no Brasil: direito administrativo geral e áreas específicas do direito administrativo. Características gerais do regime jurídico administrativo.
- 2. Princípios da Administração Pública. Princípios constitucionais explícitos e princípios reconhecidos. Tendências contemporâneas. Princípio da legalidade e poder normativo da Administração Pública. Aplicação dos princípios e regras no direito administrativo.
- 3. Organização da Administração Pública e do Poder Executivo. Princípios e poderes da organização da Administração Pública. Administração direta e indireta. Descentralização administrativa. Pessoas da Administração Indireta. Supervisão, tutela e controle das entidades da Administração indireta. Participação do Estado em empresas privadas.
- 4. Servidores públicos. Espécies. Regimes jurídicos. Natureza do regime estatutário. Cargos e funções públicas. Provimentos. Vacância. A responsabilidade do servidor público: administrativa, civil e penal. Processo administrativo disciplinar. Aposentadoria e previdência do servidor público. O empregado público.
- 5. Ato administrativo. Noções gerais. Conceito. Elementos. Características. Atributos. Discricionariedade e vinculação. Mérito. Controle de legalidade. Desvio de poder. Desfazimento. Invalidação e revogação. Convalidação.



### CURSO 2 : Funções Administrativas, Licitações e Contratos

- 1. Poder de polícia. Noções gerais: conceito, evolução e características. Modos de atuação: a ordem de polícia, a licença, a autorização, a fiscalização e a sanção de polícia. Espécies de poder de polícia. Limites ao exercício do poder de polícia.
- 2. Serviços públicos. Noções gerais. Princípios informativos específicos. Competência da União, Estados e Municípios. Regime Jurídico e formas de execução dos serviços públicos. Delegação: características e limites. Concessão. Permissão. Autorização. Equilíbrio econômico-financeiro. Tarifa e receitas alternativas. Retomada do serviço. Termo contratual, caducidade, encampação, rescisão pelo delegatário, anulação. Reversibilidade dos bens afetos ao serviço.
- 3. Intervenção do Estado no domínio econômico por meio da regulação e do Poder de Polícia. Outras formas de Intervenção do Estado na Economia: fomento e exploração direta. Monopólios públicos.
- 4. Regulação como forma de atuação e intervenção da Administração Pública. A regulação econômica setorial. Entes reguladores. Características gerais. Estatuto dos seus dirigentes e servidores. Poder normativo e deslegalização. A atividade de regulação: consultas públicas, audiências públicas e participação dos interessados.
- 5. Licitações. Conceito. A lei nacional e sua aplicação. Princípios. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão, pregão e regime diferenciado de contratação. Habilitação. Julgamento. Recursos. Adjudicação e homologação.
- 6. Contratos administrativos. Noções gerais. Elementos. Características. Formalização, alteração, execução e inexecução. Revisão, reajustamento e prorrogação. Desfazimento e consequências.



# CURSO 3: Bens Públicos, Intervenção do Estado na propriedade e Responsabilidade do Estado

- 1. Bens públicos. Conceito e classificação. Espécies. Afetação e desafetação. Distribuição constitucional da propriedade pública. Regime dos bens públicos. Administração e gestão dos bens públicos.
- 2. Intervenção do Estado na propriedade. Noções gerais: conceito, características específicas e limites. Intervenção do Estado na propriedade como exercício do poder de polícia. Ocupação temporária. Requisição. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento.
- 3. Desapropriação. Noções gerais. Tipos constitucionais. Leis nacionais e sua aplicação. Fundamentos. Objeto. Beneficiários. Indenização: elementos constitutivos. Direito de extensão. Retrocessão. Procedimento administrativo e procedimento judicial. Efeitos. Indenização e seu pagamento. Retrocessão.
- 4. Controle da atividade administrativa. Noções gerais, pressupostos, espécies e limites do controle. Controle administrativo. Direito de petição e direito de defesa. Controle Legislativo e Controle jurisdicional.
- 5. Responsabilidade civil do Estado. Noções gerais: conceito e características. Responsabilidade por ação e omissão. Responsabilidade objetiva e subjetiva. Força maior, culpa exclusiva da vítima e fato de terceiro. Responsabilidade do Estado por atos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.